



Quarta-feira, 07 de julho de 2021 às 17:06, Florianópolis - SC

PUBLICAÇÃO

**Nº 3140908: PARECER JURÍDICO REFERENTE AO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO 10/2021**

ENTIDADE

Prefeitura municipal de São Bonifácio

MUNICÍPIO

São Bonifácio



<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/?q=id:3140908>

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC  
<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>



## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO

### PARECER JURÍDICO

Trata-se de parecer jurídico com a finalidade de analisar o PEDIDO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO por parte da licitante **JULIO SILVESTRE FILHO ME.**, inscrita no CNPJ n. 15.608.150/0001-50, com sede na Rua Luiz Magalhães, 1050, sala 01, Humaitá, Tubarão (SC), em decorrência do processo de licitação nº 10/2021 – Modalidade Pregão nº 05/2021 e CONTRATO 25/2021, o que passa a expor.

A lei 8.666/93, em seu art. 65, II, "d", permite a alteração dos contratos administrativos por ela regidos, por acordo entre as partes, quando for necessário restabelecer o equilíbrio da equação econômico-financeira inicial da avença, quando configurada a álea econômica extraordinário e estranha ao contrato, desde que caracterizada uma das causas descritas no permissivo legal.

Ao solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, o interessado deverá, além de observar as diretrizes fixadas no contato, trazer elementos suficientes para demonstrar à administração pública que (i) o equilíbrio da equação econômico-financeira do contrato restou comprometido em razão do aumento de custo dos insumos, através de notas fiscais, pesquisa de mercado e planilhas de cálculo de impacto financeiro e (II) que esta alteração ocorreu evento superveniente e extraordinário de consequências imprevisíveis ou inevitáveis.

Assim, cumpridos estes requisitos a parte contratada, em tese, poderá ser deferido o reajuste ao contrato que sofreu os impactos econômicos em virtude de ocorrência de efeitos imprevisíveis ou previsíveis mas de consequências, conforme previsto no art. 65, II, "d" da lei 8.666/93. Ao contrário, caso não estejam presentes, a administração pública poderá indeferir a solicitação.

Feito este breve introito, passo à análise do caso.

O art. 65, II, "d" da Lei 8.666/93 prevê a aplicação da **teoria da imprevisão** (*rebus sic stantibus*) aos contratos administrativos. Pertinente a definição de Fernanda Marinela a respeito desse princípio (*in* Direito Administrativo. 4ª edição. Niterói - RJ: Editora Impetus, 2010, pág. 429):



## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO

[...] **consiste no reconhecimento de que eventos novos, imprevistos e imprevisíveis pelas partes e a elas não imputados**, alteram o equilíbrio econômico-financeiro refletindo na economia ou na execução do contrato, autorizam sua revisão para ajustá-lo à situação superveniente, equilibrando novamente a relação contratual. Portanto a ocorrência deve ser superveniente, imprevista (porque as partes não imaginaram), imprevisível (porque ninguém no lugar delas conseguiria imaginar – algo impensável) e **que onera demais o contrato para uma das partes**, exigindo-se a recomposição.

Em todos os casos, a teoria da imprevisão consiste no reconhecimento de que eventos novos, imprevistos e imprevisíveis pelas partes e a elas não imputados, refletindo sobre a economia ou na execução do contrato, autorizam sua revisão para ajustá-lo à sua situação superveniente.

Aos e deparar com a interpretação do art. 65, II, "d" da Lei de Licitações, o TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, nos autos do TC 007.615/2015-9, de onde se originou o Acórdão 1.604/2015-TCU-Plenário (Relator: Ministro Augusto Nardes), decidiu que não há óbice à concessão de reequilíbrio econômico-financeiro visando à revisão (ou recomposição) de preços de itens isolados, com fundamento no art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei 8.666/1993, ***desde que estejam presentes a imprevisibilidade ou a previsibilidade de efeitos incalculáveis e o impacto acentuado na relação contratual (teoria da imprevisão); e que haja análise demonstrativa acerca do comportamento dos demais insumos relevantes que possam impactar o valor do contrato.***

À luz dessas considerações, resta adentrar nos argumentos colacionados pelo contratado em seu pedido.

Anteriormente, proferi parecer contrário ao reequilíbrio financeiro diante de sua instrução deficitária.

Em novo requerimento, realizado no dia 02/07/2021, apresentou novamente notas de compra dos insumos de período que antecedeu o certame licitatório (dezembro de 2020 e janeiro de 2021), bem como notas fiscais de maio de 2021, com reajuste no valor da compra dos materiais fornecidos.

Justificou ainda a impossibilidade de trazer outros orçamentos ao pedido, o que, salvo melhor juízo, entende-se satisfatoriamente explicado.



## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO

Dito isso, verifica-se a presença da álea econômica, uma vez que foram comprovados eventos econômicos imprevisíveis ou previsíveis porém de consequências incalculáveis (conforme expressamente previsto na Lei), independentes da vontade das partes, que alteram a situação econômica em que se insere o contrato.

É o que se percebe das informações trazidas na documentação anexa, em que houve variação de preço dos equipamentos licitados e fornecidos pela empresa Requerente, em valores substanciais (item 1 – 45,09% e item 02 – 64,28%).

O parecer, portanto, é no sentido de **DEFERIR** o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato quanto aos itens 1 e 2.

Fica ainda ressalvado que o órgão competente, a seu critério, deverá definir os percentuais de reajuste e parâmetros de reequilíbrio que entender pertinente e adequado ao caso, uma vez que o presente parecer se limita aos aspectos jurídicos do requerimento.

Salvo melhor juízo, este é o parecer.

São Bonifácio (SC), 07 de julho de 2021.

**LEANDRO DE MELO PELEGRINI**  
**ASSESSOR JURÍDICO**